

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e  
I 4<sup>a</sup> Conferência Internacional de História de Empresas**

**Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019**



**PENSAMENTO E OBRA DE DOUGLASS NORTH**

**Carolina Miranda Cavalcante**

PENSAMENTO E OBRA DE DOUGLASS NORTH

THOUGHT AND WORKS OF DOUGLASS NORTH

Carolina Miranda Cavalcante<sup>1</sup>

RESUMO

O objeto deste artigo é a obra de Douglass North desde seus escritos da década de 1970 até seus últimos trabalhos dos anos 2000. Cinco livros do autor são analisados para a construção de um fio condutor, são eles: (i) *The Rise of the Western World: a new economic history*, de 1973, em coautoria com Robert Thomas; (ii) *Structure and Change in Economic History*, de 1981; (iii) *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, de 1990; (iv) *Understanding the Process of Economic Change*, de 2005; (v) *Violence and Social Orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history*, de 2009, em coautoria com John Wallis e Barry Weingast. Portanto, este trabalho tem por objetivo analisar a evolução do pensamento de North a partir da conceituação dos seguintes elementos: modelos mentais, instituições, Estado, História Econômica e mudança institucional. Ao longo de sua obra, North buscou um diálogo interdisciplinar com outras disciplinas do pensamento social, flexibilizando algumas hipóteses teóricas neoclássicas e acrescentando novas temáticas, como as instituições e o tempo. Este estudo reconstrói a trajetória teórica de North e aponta algumas tensões observadas em seu arcabouço conceitual.

Palavras-chave: Douglass North, Nova Economia Institucional, História Econômica, Estado, instituições

ABSTRACT

The subject of this article are the Douglass North's works from the 1970s to the 2000s. Five books are analyzed in order to build a leading thread of the author's thought, they are: (i) *The Rise of the Western World: a new economic history* (1973), in co-author with Robert Thomas; (ii) *Structure and Change in Economic History* (1981); (iii) *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* (1990); (iv) *Understanding the Process of Economic Change* (2005); (v) *Violence and Social Orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history* (2009), in co-author with John Wallis and Barry Weingast. Therefore, this article aims to analyze the evolution of North's thought through the following categories: mental models, institutions, State, Economic History

---

<sup>1</sup> Professora adjunta da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro

and institutional change. Throughout his work, North sought an interdisciplinary dialogue with other disciplines of the social thought, relaxing some neoclassical hypothesis and adding new categories, like time and institutions. This article reconstructs North's theoretical trajectory and points some tensions observed in his conceptual framework.

Keywords: Douglass North, New Institutional Economics, Economic History, State, institutions

## Introdução

A Nova Economia Institucional (NEI) se contrapõe ao Institucionalismo Americano original, tratando das instituições no âmbito do programa de pesquisa neoclássico. Como forma de se estabelecer como escola de pensamento independente, Oliver Williamson denominou o institucionalismo original como Velha Economia Institucional (VEI). Apesar de alguns autores – como Rutherford (1996), Hodgson (2017) e Dequech (2002) – visualizarem semelhanças e até buscarem uma conciliação teórica entre a VEI e a NEI, um aspecto que as distingue é a natureza da crítica à ortodoxia econômica. Enquanto Veblen e os Institucionalistas Americanos buscaram construir uma teoria institucionalista crítica e alternativa à ortodoxia econômica, os novos institucionalistas intencionaram se aproximar do programa de pesquisa marginalista (Coase) ou neoclássico (North). Deste modo, usualmente as instituições aparecem nos trabalhos da NEI como um acréscimo à teoria da escolha racional.

Rutherford (1996) indica a existência de dois grandes ramos de pensamento na Economia Institucional, a VEI e a NEI. Contudo, essas escolas de pensamento não são homogêneas. Os autores da NEI trabalham temáticas relativas aos direitos de propriedade, *common law*, *public choice*, organizações, teoria da agência, custos de transação e teoria dos jogos. O pensamento de Douglass North transita em diversas dessas áreas, abordando de forma ampla o papel das instituições no desempenho econômico. North constrói um arcabouço conceitual abrangente e flexível. Ao longo de seis décadas de produção acadêmica, o autor não apenas transitou por temáticas diversas, mas também modificou, flexibilizou e adicionou vários conceitos à sua teoria institucionalista.

North iniciou sua trajetória acadêmica na década de 1950, na Universidade de Washington. Seus primeiros escritos tratam de questões concernentes à economia regional e à história econômica dos Estados Unidos. Suas ideias seriam sistematizadas em três livros importantes do autor: (i) *The Rise of the Western World: a new economic history*, de 1973, em coautoria com Robert Thomas; (ii) *Structure and Change in Economic History*, de 1981; (iii) *Institutions, Institutional Change and Economic*

*Performance*, de 1990<sup>2</sup>. Em 1993, North é contemplado, ao lado de Robert Fogel, com o Nobel de Economia por sua pesquisa no campo da história econômica e por ter aplicado métodos quantitativos na explicação da mudança econômica e institucional<sup>3</sup>. Além de diversos outros livros e de dezenas de artigos, o autor publica mais dois livros na primeira década dos anos 2000: (iv) *Understanding the Process of Economic Change*, de 2005; (v) *Violence and Social Orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history*, de 2009, em coautoria com John Wallis e Barry Weingast.

A proposta deste artigo é acompanhar a trajetória de alguns conceitos sugeridos e elaborados por North através desses três livros. Naturalmente, outras obras do autor serão trazidas para o debate, mas pretende-se construir um fio condutor a partir dos trabalhos referidos no parágrafo anterior. Alguns conceitos importantes são: instituições, organizações, ideologia e racionalidade limitada. North utiliza esses conceitos em sua análise da história econômica, a partir da perspectiva da Cliometria (nova história econômica), e do desempenho econômico (crescimento econômico). Alguns conceitos terão maior estabilidade ao longo da evolução do pensamento de North, outros sofrerão modificações quanto ao seu lugar ou função no esquema conceitual do autor.

Este artigo se divide em cinco seções, além desta introdução e de uma conclusão ao final. A primeira seção trata da modificação do conceito de racionalidade, definindo os limites da contribuição de North ao programa de pesquisa neoclássico. Ao modificar o suposto de racionalidade, torna-se possível incluir as instituições no arcabouço teórico sugerido por North. Como as instituições integram o esquema conceitual do autor é o objeto da segunda seção. A terceira seção volta-se à apresentação da concepção de Estado e de ordem social de North. A Cliometria, ou nova história econômica, é objeto da quarta seção. Na quinta seção, o tema é a mudança institucional, ou como a matriz institucional se apresenta como o motor da transformação econômica.

---

<sup>2</sup> Uma tradução deste livro foi publicada em 2018 sob o título “Instituições, Mudança Institucional e Performance Econômica”.

<sup>3</sup> No original em inglês: “for having renewed research in economic history by applying economic theory and quantitative methods in order to explain economic and institutional change”. Fonte: <https://www.nobelprize.org/search/?s=Douglas+North> (acesso em: 20/04/2019). Ver também a *Nobel Lecture* de North (1993), disponível no site da premiação.

## I. Modelos mentais: a dimensão cognitiva do sistema econômico

Ao longo de sua obra, North assinala o lugar da sua teoria no âmbito do pensamento econômico, reconhecendo as limitações da teoria neoclássica e sugerindo a inserção de elementos teóricos que a tornariam mais realista. Segundo o autor, uma teoria da dinâmica econômica, fundamental para compreensão do crescimento econômico, deveria explicar como as economias evoluem historicamente. Nesse sentido, North sugere a inclusão do tempo e das instituições de forma complementar ao programa de pesquisa neoclássico<sup>4</sup>. O que isso significa? De um modo geral, significa que North adota a visão de mundo neoclássica, que entende a Economia como uma teoria da escolha racional, fazendo uso do instrumento da substituição na margem. Ademais, o autor sustenta que os métodos econométricos seriam a forma científica de se compreender a história econômica, sugerindo que a Nova História Econômica (NHE), ou Cliometria, ofereceria o método adequado para explicar os eventos econômicos no tempo. Em sua *Nobel Lecture*, o autor evidencia a natureza de sua contribuição à teoria neoclássica:

The analytical framework is a modification of neoclassical theory. What it retains is the fundamental assumption of scarcity and hence competition and the analytical tools of microeconomic theory. What it modifies is the rationality assumption. What it adds is the dimension of time. (North, 1993, p.359)

Para considerar a ideia de que os indivíduos fazem escolhas sob restrição ao longo do tempo, a modificação do suposto de racionalidade é fundamental. Abandona-se a ideia de racionalidade substantiva, operante apenas em um mundo sem atritos, no qual a informação é completa e difundida de forma uniforme entre os indivíduos que, por sua vez, seriam capazes de processar toda a informação necessária para a maximização de suas funções de utilidade. Segundo North, uma compreensão mais realista do indivíduo que faz escolhas deveria levar em consideração as limitações cognitivas no processamento de informações. North toma de empréstimo a ideia de racionalidade limitada, elaborada por Simon (s.d., p.15), que a define como a “escolha racional que leva

---

<sup>4</sup> O autor reafirma essa postura teórica em diversas obras, por exemplo: North (1973, p.vii); North (1981, p.3); North (1990, p.5; 3; 131-132); North (1993, p.359); North (2005, p.11).

em consideração as limitações cognitivas do agente que toma decisões – limitações tanto do conhecimento quanto da capacidade computacional”.

Naturalmente, uma teoria da escolha tem como foco o indivíduo, como este processa as informações do ambiente, como age, como toma decisões, bem como a forma como constrói um mundo institucional. North está atento a essa dimensão cognitiva do mundo social e econômico, elaborando diversos conceitos que tratam da forma como os indivíduos percebem a realidade. O reconhecimento de que a capacidade de processamento de informações dos indivíduos é limitada – racionalidade limitada – torna inteligível a existência de regras exteriores à mente dos indivíduos, que North denominou como instituições. Deste modo, a limitada capacidade de cálculo individual é complementada por regras do jogo que servem de apoio cognitivo no processo de tomada de decisões.

Outro importante elemento no processo de tomada de decisão individual é a ideologia, que ganha todo um capítulo dedicado à sua análise no livro de 1981. North aponta um aparente paradoxo entre comportamento racional e comportamento seguidor de regras institucionais. Em alguns casos, se o indivíduo segue as regras do jogo, por exemplo, não sonegar impostos, este estaria sendo irracional caso não sonegasse impostos na ausência de risco de punição. Do mesmo modo, se agisse racionalmente, sonegando o imposto no caso de não haver risco de punição, este não estaria seguindo as regras do jogo.

Além disso, em algumas situações os indivíduos poderão se beneficiar do uso de algum recurso econômico sem incorrer em custos individuais, mas com custos para outros indivíduos – o problema do carona (*free rider*). O comportamento do carona é muito comum no caso de bens de uso comum sem obrigatoriedade de contribuição por parte de todos os indivíduos que potencialmente poderiam se beneficiar de tais bens. No caso de uma associação de moradores de uma rua fechada, na qual se contrata um segurança e/ou porteiro, instala-se interfonos, etc., não há como excluir um morador do uso dos serviços proporcionados pela associação, de modo que mesmo não pagando a associação, o indivíduo acaba por usufruir de seus benefícios. Em consequência, outros moradores acabam pagando por um serviço que beneficia a todos, inclusive aos que não contribuem com a associação. Naturalmente, a constituição de um condomínio – uma organização sustentada por regras formais, como veremos adiante – seria uma forma de construir

mecanismos que tornariam a contribuição obrigatória para todos os moradores, com todas as sanções legais para os inadimplentes.

O que os dois casos acima assinalam é que existe uma dimensão da cognição humana que não é imediatamente racional, mas também não é irracional. Segundo North (1981, p.47), as ideologias seriam fortes códigos morais e éticos de uma sociedade, se constituindo no “cimento da estabilidade social que tornariam o sistema econômico viável”<sup>5</sup>. As ideologias seriam visões de mundo que indivíduos e grupos constroem para entender a realidade social, envolvendo avaliações normativas de como o mundo deveria ser.

By ideology I mean the subjective perceptions (models, theories) all people possess to explain the world around them. Whether at the microlevel of individual relationships or at the macrolevel of organized ideologies providing integrated explanations of the past and present, such as communism or religions, the theories individuals construct are colored by normative views of how the world should be organized. (North, 1990, p.23, footnote 7)

A ideologia estaria, portanto, entre a racionalidade (limitada) e as regras institucionais, tornando inteligível a ação de indivíduos que pagam seus impostos, mesmo sem o risco de punição, bem como do morador que paga voluntariamente sua associação de moradores mesmo não havendo nenhuma legislação que torne o pagamento compulsório. O que esses indivíduos têm em comum é uma percepção de que as regras do jogo são justas e devem ser respeitadas, embora esta ação não seja racional do ponto de vista do ganho econômico individual. A categoria da ideologia é um importante elemento economizador de custos de transação, compondo a análise sobre desempenho econômico nos livros de 1981 e de 1990 de North.

A ideologia não apenas aparece como uma solução ao problema do carona, mas também está associada aos custos de *compliance*, que seriam, segundo North (1981, p.18), relativos à “detecção de desvios das regras, regulamentos ou acordos contratuais estipulados e à instituição e aplicação de punição (ou recompensas)”<sup>6</sup>. North (1990, p.48)

---

<sup>5</sup> “Strong moral ethical codes of a society is the cement of social stability which makes an economic system viable.” (North, 1981, p.47)

<sup>6</sup> “Compliance procedures are concerned with detecting deviations from the rules, regulations, or stipulated contract agreements and with instituting and enacting punishment (or rewards).” (North, 1981, p.18)

menciona ainda que os custos de *compliance* envolveriam a “mensuração dos múltiplos atributos dos bens e serviços transacionados e mensuração da performance dos agentes”<sup>7</sup>. De um modo geral, os custos de *compliance* envolvem o cumprimento de contratos, estando diretamente relacionados aos custos de transação<sup>8</sup>.

Por fim, no livro de 2005, North concentra sua análise da dimensão cognitiva da realidade social e econômica, buscando entender a relação entre crenças (*beliefs*) e realidade (*reality*) e como o gap entre crenças e realidade e entre intenções e resultados proporcionam erros de diagnóstico que explicariam o insucesso das ações individuais, bem como das políticas econômicas. Nesse livro, o autor faz uma distinção entre ações racionais, racionalidade limitada, e ações não racionais, associadas a ideologias, buscando compreender como a mente humana funciona. Para entender o funcionamento da mente humana, como os indivíduos percebem o ambiente social, como aprendem e em que tipo de aprendizado investem seu tempo, a ideia de racionalidade não seria suficiente, daí a necessidade de se considerar tanto as crenças racionais quanto as não racionais.

Segundo North (2005, p.2), os “humanos constroem crenças elaboradas sobre a natureza daquela ‘realidade’ – crenças que são tanto um modelo positivo de como o sistema funciona quanto um modelo normativo de como este deveria funcionar”<sup>9</sup>. O conteúdo normativo das crenças nos remete ao conceito de ideologia. Segundo o autor, a evolução das crenças frente à realidade seria análoga à dinâmica dos paradigmas Kuhnianos, em que os paradigmas dominantes seriam de tempos em tempos desafiados por modificações na realidade, levando à substituição de um paradigma por outro, com maior capacidade de explicar a realidade. Do mesmo modo, os indivíduos se sentiriam impelidos a modificar suas crenças quando a realidade desafiasse seu potencial de explicar o mundo social. Segundo North (2005), o processo seguiria da seguinte forma: percepção da realidade → crenças → instituições → políticas → percepção alterada da realidade e assim por diante.

---

<sup>7</sup> "The costs of compliance include measuring the multiple attributes of the goods or services being exchanged and measuring the performance of agents." (North, 1990, p.48)

<sup>8</sup> Os custos de transação se confundem um pouco com a ideia de custos de *compliance*, envolvendo “a mensuração e garantia de acordos” (North, 2005, p.53). Os custos econômicos totais envolvem custos de produção e custos de transação.

<sup>9</sup> "(...) humans do construct elaborate beliefs about the nature of that 'reality' - beliefs that are both a positive model of the way the system works and a normative model of how it should work." (North, 2005, p.2)

Ideological conformity to this day is a major force in reducing the costs of maintaining order, but it comes with the additional social costs of preventing institutional change, punishing deviants, and serving as the source of endless human conflict with the clash of competing religions. (North, 2005, p.42)

Belief systems therefore are the internal representation and institutions the external manifestation of the representation. (...) When conflicting beliefs exist, the institutions will reflect the beliefs of those (past as well as present) in a position to effect their choices (...)." (North, 2005, p.49-50)

Nos dois excertos acima, North toca em dois pontos importantes, a saber, na relação entre crenças e instituições, bem como em uma das causas da resiliência institucional, que pode advir de organizações com poder para manter o *status quo* ou da dimensão cultural, de lenta modificação ao longo do tempo. O autor evidencia ainda que os sistemas de crenças fazem parte da cognição humana, sendo representações internas, estando na mente dos indivíduos, enquanto as instituições seriam manifestações externas dessas representações, dessas crenças. Nesse sentido, em North, as instituições estão tanto na mente dos indivíduos (modelos mentais) quanto fora da mente dos indivíduos (regras do jogo). No item seguinte, veremos como North define instituição ao longo de sua obra.

## II. Instituições

Conforme visto anteriormente, as instituições são categorias sociais que ganham espaço na teoria de North a partir da modificação do suposto de racionalidade, que tornou inteligível a existência de regras balizadoras das escolhas individuais. Contudo, as instituições são mais que complementos cognitivos. Podemos encontrar ao longo da obra de North pelo menos três funções para as instituições, são elas: (i) restrições à ação humana; (ii) estruturas de incentivos; (iii) regras do jogo de uma sociedade.

No livro de 1973, North não define e não trata explicitamente das instituições, mas menciona os termos *institutional arrangements* (arranjos institucionais) e *institutional change* (mudança institucional). No livro de 1981, o autor desenvolve uma teoria das instituições associada a uma teoria dos direitos de propriedade, uma teoria do Estado e uma teoria da ideologia. North (1981, p.201-202) define instituições como “um conjunto de regras, procedimentos de *compliance*, e normas comportamentais morais e

éticas que restringem o comportamento dos indivíduos no sentido da maximização da riqueza ou da utilidade dos principais”<sup>10</sup>. Nesta definição, o autor destaca as funções das instituições de restringir à ação humana e de fornecer regras comportamentais, numa concepção ainda muito atrelada à ideia de maximização sob restrição. No livro de 1990, North dedica mais espaço e atenção à teoria das instituições, fornecendo a seguinte definição:

Institutions are the rules of the game in society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic. Institutional change shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change. (North, 1990, p.3)

Nesta definição, as funções de restrição à ação humana e de regras comportamentais é reafirmada, tendo o autor adicionado uma nova função para as instituições, a saber, a de fornecer incentivos à ação individual. North usa o termo “regras do jogo”, entendendo a sociedade como um jogo de interação estratégica entre os agentes econômicos. Nesta concepção, o ambiente econômico seria análogo a um esporte coletivo, no qual existe competição entre os agentes (jogadores e times), que elaboram estratégias e fazem escolhas dentro das regras do jogo, podendo transgredi-las, caso julguem vantajoso. Esse jogo conta ainda com um árbitro responsável pela garantia das regras do jogo e pela punição dos agentes transgressores. De forma análoga, o ambiente econômico é composto por regras comportamentais (formais e informais), por agentes que agem de forma estratégica (indivíduos e organizações), competindo entre si pelos recursos do sistema, e por um Estado, responsável pela aplicação das regras do jogo.

As regras do jogo são compostas de regras formais, regras informais e *enforcement*<sup>11</sup>. North (1990) dedica três capítulos para tratar das regras formais (capítulo 6), das regras informais (capítulo 5) e do *enforcement* (capítulo 7). As regras formais são as leis, as constituições e todas as regras criadas e mantidas coercitivamente pelo Estado. Já as regras informais emergem da interação dos agentes econômicos, são os costumes e

---

<sup>10</sup> “Institutions are a set of rules, compliance procedures, and moral and ethical behavioral norms designed to constrain the behavior of individuals in the interest of maximizing the wealth or utility of principals.” (North, 1981, p.201-202)

<sup>11</sup> Optei por não traduzir o termo, que significa, literalmente, algo como cumprimento ou aplicação.

tradições de um grupo social, não estando sob a tutela do Estado. O *enforcement* seria a garantia do cumprimento, de forma coercitiva ou não, de acordos e/ou contratos estabelecidos entre agentes econômicos. Os custos de transação e de *compliance* estão diretamente ligados à efetividade do *enforcement*. Como North define a ideologia como percepções subjetivas dos indivíduos que geram regras normativas sobre como o mundo deveria ser, em alguns momentos essa concepção de ideologia se aproxima da ideia de regras informais. No entanto, a separação entre uma dimensão cognitiva das instituições (modelos mentais) e uma dimensão forma da mente dos indivíduos (regras do jogo) só ficará clara no livro de 2005, no qual o autor trata das crenças enquanto modelos mentais.

Embora North mencione as organizações como agentes econômicos já nos seus escritos das décadas de 1970 e de 1980, somente no livro de 1990 a distinção entre instituições e organizações é posta de forma explícita<sup>12</sup>. Enquanto as instituições seriam regras do jogo, as organizações seriam agentes, como partidos políticos, firmas, Universidades, sindicatos, etc. Segundo North (1990, p.9), organizações “são grupos de indivíduos reunidos por algum propósito comum no alcance de objetivos”<sup>13</sup>. O objetivo dessas organizações é a “maximização da riqueza, renda ou a realização de objetivos definidos pelas oportunidades proporcionadas pela estrutura institucional da sociedade”<sup>14</sup> (North, 1990, p.73). Em seu livro de 2005, North reafirma a distinção entre instituições enquanto regras do jogo e organizações como jogadores, remetendo à sua definição do livro de 1990.

Por fim, resta considerar a terceira função das instituições que North assinala no livro de 1990 e reafirma no livro de 2005, a saber, a de estrutura de incentivos. A matriz institucional fornece um conjunto de possibilidades para ação humana, em que cada uma dessas possibilidades envolve custos e benefícios específicos. Os agentes econômicos

---

<sup>12</sup> Hodgson (2017) enfatiza a importância de se distinguir conceitualmente de forma clara instituição de organização, uma vez que na literatura institucionalista é bastante comum encontrar o uso do termo “instituição” para entidades consideradas, por North, como organizações. Em uma troca de mensagens entre Hodgson e North, ao final do artigo de Hodgson (2017), North reconhece que para os objetivos de sua análise as organizações são tratadas como jogadores, o que não exclui a possibilidade de estudá-las enquanto instituições, uma vez que compreendem regras do jogo internas. Tudo seria uma questão de foco de pesquisa.

<sup>13</sup> “They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives.” (North, 1990, p.9)

<sup>14</sup> “(...) organizations as purposive entities designed by their creators to maximize wealth, income, or other objectives defined by the opportunities afforded by the institutional structure of the society.” (North, 1990, p.73)

tomarão suas decisões com base nos *payoffs* informados pela matriz institucional. Se a matriz institucional sinaliza, através de direitos de propriedade bem especificados e garantidos, que existem retornos econômicos positivos no investimento em novas tecnologias, os agentes econômicos responderão se engajando em atividades produtivas. Essa é a situação descrita por North (1981) como eficiente, uma vez que teria como resultado o crescimento do produto da economia. Caso a matriz institucional não forneça a proteção adequada aos direitos de propriedade, a apropriação econômica das riquezas proporcionadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias se tornaria incerta, de modo que os agentes se sentiriam incentivados a desviar seus recursos para atividades de réplica, muitas vezes ilegal, de tecnologias já existentes. Neste caso, o resultado econômico seria ineficiente, pois envolveria atividades de pirataria que não contribuiriam para o crescimento do produto da economia.

Quanto à questão da eficiência, em North (1973), trata-se de uma eficiência alocativa, no sentido de uma eficiência de Pareto. Nesta obra, o autor entendia que o Estado forneceria uma matriz institucional eficiente, que levaria a sociedade ao crescimento econômico, usando como exemplo as economias ocidentais, em especial, a dos Estados Unidos. Em North (1981) já aparece o germe de um tratamento mais complexo do Estado, no qual existiriam grupos de interesse que poderiam distribuir direitos de propriedade visando seu ganho, político e/ou econômico, pessoal em detrimento da sociedade. Mais tarde, North passa a usar o conceito de eficiência adaptativa, associado “aos tipos de regras que moldam a forma como a economia evolui ao longo do tempo”<sup>15</sup> (North, 1990, p.80); ou ainda como “um conjunto de instituições que prontamente se adaptam aos choques, perturbações e incerteza ubíqua que caracterizam toda sociedade ao longo do tempo”<sup>16</sup> (North, 2005, p.78). Note que, no parágrafo anterior, foi apontada uma definição de eficiência, em North (1981), associada a direitos de propriedade que produzem crescimento econômico. No livro de 2005, o termo “eficiência” é conceituado da seguinte forma:

---

<sup>15</sup> “Adaptive efficiency, on the other hand, is concerned with the kinds of rules that shape the way an economy evolves through time.” (North, 1990, p.80)

<sup>16</sup> “(...) entails a set of institutions that readily adapt to the shocks, disturbances, and ubiquitous uncertainty that characterizes every society over time.” (North, 2005, p.78)

As I use the term efficiency throughout this work I mean a condition in which, given the state of technology and information costs, the market has the lowest production and transaction costs available. The term is almost always used in relative rather than absolute terms. Moreover, while in economic markets efficiency would coincide with improved material well-being, in political markets the welfare implications are more ambiguous (...). (North, 2005, p.15-16, footnote 3)

O autor não apenas flexibiliza o conceito de eficiência, mas também começa a tratar o desempenho econômico para além do mero crescimento econômico. Ainda na década de 1990, o autor aponta que existe “um amplo gap entre resultados *melhores e eficientes* (no sentido neoclássico do termo)”<sup>17</sup> (North, 1990, p.109). O que devemos notar aqui é que uma concepção de eficiência adaptativa surgiu concomitantemente com a nova função das instituições enquanto estruturas de incentivos do sistema econômico. No próximo item, veremos como o Estado deixa de ser visto como um agente apenas coercitivo, para se converter em agente responsável pelo conjunto de incentivos que emanam da matriz institucional.

### III. Teoria do Estado

Assim como a teoria institucional, a teoria do Estado de North também sofre alterações ao longo do tempo. O autor se move de uma perspectiva que entende o Estado enquanto provedor de uma matriz institucional eficiente para uma concepção do Estado enquanto uma organização ocupada por indivíduos autointeressados. Conforme visto no item anterior, a própria noção de eficiência passa de uma concepção focada na alocação de recursos para a consideração da capacidade de adaptação de agentes e instituições às mudanças econômicas. Em North (1981, p.6), o Estado é visto como “uma organização que provê proteção e justiça em troca de uma receita. Ou seja, pagamos o governo para estabelecer e garantir direitos de propriedade”<sup>18</sup>. Neste livro, North dedica todo o capítulo terceiro ao desenvolvimento de sua teoria neoclássica do Estado, oferecendo a seguinte definição:

---

<sup>17</sup> “There is a vast gap between *better* and *efficient* (in the neoclassical meaning of the term) outcomes, as a vast literature in modern political economy will attest.” (North, 1990, p.109)

<sup>18</sup> “We can, as a first approximation, view government simply as an organization that provides protection and justice in return for revenue. That is, we pay government to establish and enforce property rights.” (p.6)

(...) a state is an organization with comparative advantage in violence, extending over a geographic area whose boundaries are determined by its power to tax constituents. The essence of property rights is the right to exclude, and an organization which has a comparative advantage in violence is in the position to specify and enforce property rights. (North, 1981, p.21)

Desta forma, o Estado possui o monopólio do poder de polícia, estando, portanto, habilitado a garantir e especificar direitos de propriedade. North (1981, p.23-24) destaca que o Estado seria ocupado por governantes maximizadores de riqueza e utilidade, possuindo três características: (i) o Estado troca um grupo de serviços (proteção e justiça) por impostos; (ii) o Estado age como um monopolista discriminador, separando os grupos de constituintes e desenvolvendo direitos de propriedade para cada um desses grupos no intuito de maximizar a renda proveniente dos impostos; (iii) o Estado encontra a restrição dos custos de oportunidade, pois seus constituintes podem optar por rivais (outros Estados e outros governantes) capazes de fornecer o mesmo grupo de serviços.

Embora seja ocupado por agentes maximizadores de riqueza e utilidade, esses agentes devem observar duas restrições impostas ao Estado enquanto organização: restrição competitiva e quanto aos custos de transação. A restrição competitiva refere-se à presença de Estados ou governantes substitutos, representando os custos de oportunidade de se pertencer a um Estado ou se submeter às políticas de um governante. Como forma de se manter no poder, de manter o Estado, os governantes distribuem os direitos de propriedade conforme demandado pelas organizações que sustentam o Estado ou o governante, a despeito do potencial prejuízo dessa estrutura de direitos de propriedade para a sociedade como um todo. A restrição quanto aos custos de transação refere-se aos custos envolvidos na manutenção de direitos de propriedade eficientes (*enforcement*). Esses custos de manutenção envolvem gastos com monitoramento dos agentes econômicos, que acabam por reduzir os rendimentos do Estado. Essas duas restrições forneceriam elementos explicativos para a perpetuação de direitos de propriedade ineficientes.

Contudo, deve-se notar que o Estado possui controle direto apenas sobre as regras formais, podendo apenas influenciar de modo indireto as regras informais. O *enforcement* é executado em conjunto pelo Estado e pela ideologia, ou seja, os indivíduos são

impelidos a seguir as regras do jogo pelo poder coercitivo do Estado ou por suas percepções (ideológicas) dessas regras como justas. Deste modo, sociedades nas quais os indivíduos possuem visões de mundo compatíveis com as regras do jogo oferecem menores custos de monitoramento e de estabelecimento de sanções por parte do Estado.

Vimos que, ainda em seu livro de 1981, North reconhece que o Estado é uma organização composta de governantes que possuem seus próprios interesses, o que explicaria a possibilidade da distribuição socialmente ineficiente de direitos de propriedade. Em suas obras posteriores, essa característica do Estado enquanto organização ocupada por governantes com interesses individuais diversos é explicitada e incorporada à análise. No livro de 1990, North remete a essa concepção do Estado composto de governantes (*rulers*) e de constituintes (*constituents*), flexibilizando essa relação agente-principal.

Third-party enforcement means the development of the state as a coercive force able to monitor property rights and enforce contracts effectively, but no one at this stage in our knowledge knows how to create such an entity. (...) if the state has coercive force, then those who run the state will use that force in their own interest at the expense of the rest of society. (North, 1990, p.59)

No livro de 2005, o autor segue nessa mesma linha de raciocínio.

The government is not a disinterested party in the economy. By the very nature of the political process briefly described earlier, the government has strong incentives to behave opportunistically to maximize the rents of those with access to the government decision-making process. (North, 2005, p.67)

Deste modo, a teoria do Estado de North pode ser dividida em duas fases: (i) agentes do Estado como maximizadores de renda – North (1973; 1981); (ii) agentes do Estado são maximizadores de renda, mas também agem orientados por ideologias, além de construir alianças – North (1990; 2005), North; Wallis; Weingast (2009). Segundo Gala (2003), North teria migrado de uma concepção do Estado como um *single ruler* para uma noção de Estado como uma organização composta por vários grupos de interesse. A ideia do Estado enquanto *single ruler* enfatiza a garantia dos direitos de propriedade, enquanto a concepção do Estado como moldado por grupos de interesses, como uma organização de organizações, oferece um espaço mais amplo para abordar seu papel de

fornecedor de incentivos. Mais uma vez, a inclusão da função das instituições como estruturas de incentivos induz a uma compreensão mais rica do Estado.

A teoria do Estado de North parte de um modelo simples, em que o Estado forneceria um conjunto de serviços em troca de uma renda dos constituintes, para um modelo mais complexo do Estado enquanto fornecedor de incentivos através da matriz institucional e ocupado por grupos de interesse. O que o autor começa a fazer já a partir do livro de 1981, mas de forma mais pronunciada nas obras posteriores, é abrir a caixa-preta do Estado, entendendo que os próprios governantes estão sujeitos à estrutura de incentivos que emana da matriz institucional. Em seu último livro, publicado em 2009 e escrito em coautoria com John Wallis e Barry Weingast, North relaciona questões concernentes ao tipo de ordem social, definida em termos de graus de liberdade e participação cívica, ao desempenho econômico. Deste modo, a teoria do Estado, associada à teoria institucionalista, ganha maior refinamento. North reconhece que as escolhas racionais, associadas ao comportamento otimizador, não são as únicas variáveis explicativas do desempenho econômico das sociedades.

North; Wallis; Weingast (2009) elaboram uma categorização que relaciona o tipo de ordem social – ordem primitiva, ordem de acesso limitado, ordem de acesso aberto – ao grau de desenvolvimento econômico das sociedades. A ordem primitiva seria caracterizada pela presença de pequenos grupos de pessoas, remetendo às sociedades de caçadores e coletores. Essa modalidade de organização social teria sido superada há milhares de anos. A ordem de acesso limitado teria surgido com a primeira revolução social, marcada pelo surgimento da agricultura e dos primeiros grupos permanentes há cerca de 5 a 10 mil anos. A ordem de acesso limitado seria caracterizada por economias de crescimento lento e vulneráveis a choques, por imposição de políticas sem o amplo consentimento dos governados, por um pequeno número de organizações, por governos menores e mais centralizados e pela predominância de relações personalizadas, incluindo privilégios e hierarquias sociais, leis perpetuadoras da desigualdade, direitos de propriedade inseguros e um sentimento de que nem todos os indivíduos seriam iguais. Neste caso, o comportamento otimizador dos governantes seria responsável pelo molde de uma matriz institucional socialmente ineficiente.

A ordem de acesso aberto teria surgido há 200 anos e duraria até os dias de hoje, sendo identificada com a modernidade e com o amplo desenvolvimento tecnológico da

sociedade. Os principais aspectos da ordem de acesso aberto seriam a ampla participação dos cidadãos, os direitos políticos impessoais, a transparência institucional e o suporte legal para uma gama mais ampla de formas organizacionais, incluindo partidos políticos e organizações econômicas. Essa modalidade de ordem social seria caracterizada por um melhor desenvolvimento político e econômico, por economias que experimentam menos episódios de crescimento negativo, por sociedades civis ricas e vibrantes, com muitas organizações, por governos maiores e mais descentralizados e por relacionamentos sociais impessoais amplamente difundidos, incluindo o domínio da lei e da justiça, direitos de propriedade seguros, bem como o sentimento de que todos são tratados da mesma maneira. Este seria o caso de Estados ocupados por governantes que implementam direitos de propriedade eficientes.

Embora existam marcos temporais demarcadores do surgimento dessas modalidades de ordem social, nem todas as sociedades se incluíam na ordem de acesso aberto. North; Wallis; Weingast (2009) apontam que 85% da população mundial permaneceria em sociedades de ordem de acesso limitado, o que explicaria seu desempenho econômico ruim. Portanto, os autores relacionam participação cívica, democracia e outros elementos relacionados às liberdades políticas, aos resultados em termos de desempenho econômico. Deste modo, a eficiência institucional não dependeria apenas da garantia dos direitos de propriedade, mas também das liberdades políticas individuais, ou seja, da qualidade da matriz institucional em geral.

#### **IV. História Econômica**

Ao longo de sua obra, North enfatiza a importância da consideração das instituições e da dimensão temporal na teoria econômica. Como vimos na primeira seção deste trabalho, o tratamento dessas categorias teóricas no âmbito do programa de pesquisa neoclássico somente foi possível com a modificação do suposto de racionalidade. Nas seções anteriores foram assinaladas as categorias que sofreram as modificações mais significativas no âmbito do arcabouço teórico de North, a saber, modelos mentais, instituições e Estado. North propõe uma análise da mudança institucional ao longo do tempo, para tal precisa fazer uso da História Econômica. Mas qual concepção de História

Econômica o autor adota? North reconhece duas concepções de História Econômica – Escola dos Annales e Cliometria –, vejamos seu argumento a favor da última.

A Escola dos Annales surge na década de 1920 em torno da obra dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, veiculada através da revista Annales, tendo em Fernand Braudel um dos autores que contribuiriam com essa escola de pensamento. Estes autores propunham uma abordagem baseada na ideia de história-problema, como uma alternativa à concepção de História positivista. As temáticas analisadas pela VHE envolviam estudos de estrutura, estudos de conjuntura e estudos regionais. Segundo North (1977), a VHE seria caracterizada por um método de investigação baseado em complexas e detalhadas descrições de eventos passados. Por outro lado, a NHE utilizaria modelos teóricos formais baseados em um número limitado de variáveis. A concepção de explicação do novo historiador econômico estaria ligada aos métodos de investigação das Ciências Naturais. A Cliometria forneceria esses métodos, que consistem na formalização matemático-estatística de modelos teóricos com o objetivo de encontrar correlações entre séries históricas.

A NHE surgiu de uma conferência conjunta da Economic History Association e do National Bureau of Economic Research, realizada em 1957, na qual foram apresentados artigos voltados à análise quantitativa da história das economias dos Estados Unidos e do Canadá. Segundo North (1977, p.188), a NHE estudaria classes de eventos e comportamentos de grupos através do uso de “teorias simples que podem produzir resultados previsíveis e específicos em vez de consequências indeterminadas”. O autor aponta que essa seria a grande vantagem da NHE sobre a VHE, uma vez que a NHE produziria modelos testáveis e refutáveis empiricamente, enquanto a VHE seria “mais uma forma de arte do que uma abordagem científica à história” (North, 1977, p.191). Importante notar que argumento semelhante foi adotado para afirmar a superioridade da Nova Economia Institucional sobre a Velha Economia Institucional. Ao se filiar ao programa da pesquisa neoclássico, North assume não apenas a visão de mundo neoclássica, mas também um conjunto de métodos a ela associados.

Em artigo publicado vinte anos depois, North (1997, p.412) reconhece que os limites da Cliometria seriam aqueles “impostos pelo corpo teórico utilizado: a teoria neoclássica. Esta teoria assume um mundo livre de atritos sem qualquer papel explícito para as instituições e o governo”. North apontou a necessidade de complementar o

programa de pesquisa neoclássico ao longo de todos os escritos concernentes à construção de uma teoria novo institucionalista, como apontado ainda na primeira seção do presente artigo. Em seu artigo de 1977, o autor chama atenção para alguns desenvolvimentos relativos à família em Becker, assim como a consideração das firmas e governos como mecanismos alternativos de alocação de recursos. Em seu artigo de 1997, North se diz mais otimista, destacando progressos da economia neoclássica como a revisão do suposto de racionalidade, o reconhecimento da presença da incerteza nas interações humanas, a consideração dos custos de transação, a modelagem de sistemas político-econômicos, bem como o exame da natureza das preferências.

No livro de 1973, North defende a Cliometria como a abordagem adequada ao estudo da evolução institucional, mas não oferece nenhum modelo formal para a análise que conduz acerca da história econômica das economias ocidentais. Alguns anos mais tarde, North (1977) explicita os objetivos da Cliometria, ou Nova História Econômica (NHE), a contrapondo à Escola dos Annales, ou Velha História Econômica (VHE), conforme discutido nos parágrafos anteriores. Segundo North (1981), o objetivo da História Econômica seria a estrutura da organização econômica e a relação entre estrutura e performance de uma economia ao longo do tempo. Deste modo, a História Econômica deveria produzir explicações acerca das causas do crescimento, do declínio e estagnação econômica e do bem-estar de diferentes sociedades ao longo do tempo. Em seu livro de 1990, o autor reafirma sua concepção de História Econômica:

Writing history is constructing a coherent story of some facet of the human condition through time. Such a construction exists only in the human mind. We do not create the past; we construct stories about the past. (...) The cliometric contribution was the application of a systematic body of theory - neoclassical theory - to history and the application of sophisticated, quantitative techniques to the specification and testing of historical models. (North, 1990, p.131)

A partir dos anos 1990, mas de forma mais explícita nos escritos dos anos 2000, North começa a focar sua análise na dimensão cognitiva das instituições e do mundo social. Na definição acima destacada, o autor entende a História como uma construção mental, como narrativas que construímos acerca do passado econômico. O que garantiria o estatuto de cientificidade a essas narrativas seriam os métodos quantitativos da Cliometria. Nesses escritos dos anos 2000, North toma como elemento central o papel

das crenças – racionais e não racionais – na economia, além do reconhecimento do caráter não ergódico do mundo, afirmando que “a hipótese ergódica é a-histórica” (North, 2005, p.19). Apesar de mencionar o caráter irreversível da História, o autor não nos fornece pistas de como conciliará essa hipótese de não ergodicidade com a Cliometria, método que a rigor permitira a reversibilidade do tempo.

## V. Mudança Institucional

Na seção anterior, vimos a concepção de História Econômica adota por North. Nesta seção, veremos como o autor reúne todos os elementos teóricos sugeridos ao longo de sua obra para explicar a mudança institucional. Em seus escritos da década de 1970, North ainda se encontra comprometido com uma ideia de eficiência alocativa, não tratando explicitamente de problemas de cooperação e coordenação originados na interação humana. Em North (1973), o caminho para o crescimento econômico seria o estabelecimento de organizações eficientes, das quais surgiriam instituições garantidoras dos direitos de propriedade. O crescimento econômico é definido como a situação na qual o crescimento do produto supera o crescimento populacional, que North (1981) denomina como crescimento sustentado.

Já nos anos 1980, o autor afirma que “o processo de crescimento econômico é inerentemente desestabilizador para o Estado” (North, 1981, p.29). A razão para essa instabilidade seriam as modificações nos preços relativos e nos custos de oportunidade verificados pelos constituintes, o que poderia levar os agentes a optar por Estados ou governantes alternativos. Neste livro, os indivíduos ainda são movidos por um cálculo exclusivamente racional, ainda que dotados de racionalidade limitada. Aqui a ideologia aparece associada ao problema do carona, explicando comportamentos aparentemente não racionais.

Em North (1990) encontramos uma teoria mais madura da mudança institucional, na qual o autor desenvolve os conceitos de *path dependence* e equilíbrio institucional, dando maior protagonismo aos problemas de cooperação e coordenação em ambiente estratégico. Embora o autor traga elementos novos em seus livros de 2005 e de 2009, num diálogo com a Ciência Cognitiva e a Ciência Política, os *building blocks* de sua teoria da mudança institucional são apresentados nesse livro de 1990. Inicialmente, precisamos

entender o que seria uma situação de equilíbrio institucional para North, para posteriormente compreendermos como a mudança institucional ocorre.

Institutional equilibrium would be a situation where given the bargaining strength of the players and the set of contractual bargains that made up total economic exchange, none of the players would find it advantageous to devote resources into restructuring the agreements. (North, 1990, p.86)

O equilíbrio institucional seria, portanto, aquela situação na qual indivíduos e organizações não possuem incentivos para mudar as regras do jogo, ou seja, o custo de arcar com as regras do jogo existentes é menor que o custo de modifica-las. Consequentemente, não há garantias de que o equilíbrio institucional esteja associado a uma matriz institucional eficiente, o que temos é apenas uma situação na qual os agentes preferem manter as regras do jogo como estão. Verificamos aqui o fenômeno do *lock-in*, que significa que “uma vez alcançada uma solução, é difícil sair dela” (North, 1990, p.94). Deste modo, a mudança institucional usualmente parte de uma matriz institucional já moldada e cristalizada por decisões pretéritas. Este é precisamente o conceito de *path dependence*.

History matters. It matters not just because we can learn from the past, but because the present and the future are connected to the past by the continuity of a society's institutions. Today's and tomorrow's choices are shaped by the past. (North, 1990, p.vii)

O conceito de *path dependence* está intrinsecamente ligado à ideia de História, daí a atenção que North dedica à História Econômica, uma vez que a mudança institucional só pode ocorrer no tempo e a partir de uma matriz institucional preexistente. O autor realiza uma distinção entre mudanças abruptas, revoluções, e mudanças incrementais. Embora reconheça que em alguns momentos da história humana possam ocorrer revoluções, ou seja, rupturas profundas nas regras do jogo, North destaca que em geral a mudança institucional é incremental.

The agent of change is the individual entrepreneur responding to the incentives embodied in the institutional framework. The sources of change are changing relative prices or preferences. The process of change is overwhelmingly an incremental one. (North, 1990, p.83)

O caráter incremental da mudança institucional se deve à resiliência nas regras informais e ao *lock-in*. Enquanto regras formais podem ser alteradas a qualquer momento pelo Estado, costumes e tradições evoluem lentamente através do tempo. Ademais, as organizações podem buscar conservar a matriz institucional, caso os custos de manutenção das regras do jogo sejam menores que os custos da mudança institucional.

A step toward a more comprehensive understanding of the term [path dependence] is to recognize that the institutions that have accumulated give rise to organizations whose survival depends on the perpetuation of those institutions and which hence will devote resources to preventing any alteration that threatens their survival. (North, 2005, p.51-52)

Deste modo, a mudança institucional pode ser provocada por uma mudança nos preços relativos ou nas ideologias, bem como pelas escolhas de indivíduos e de organizações e, de forma potencialmente mais coercitiva, pelo Estado. O fundamento de uma matriz institucional eficiente ainda são direitos de propriedade eficientes, de modo que a mudança nas regras do jogo pode aproximar ou distanciar a economia desse resultado.

O crescimento econômico seria resultado de uma estrutura de direitos de propriedade que estimularia os agentes a se engajar em atividades produtivas e em ideologias convergentes em relação às regras formais. Desta forma, por um lado o crescimento do produto seria estimulado, por outro, os custos de *enforcement* do Estado seriam minimizados. Os agentes com maior protagonismo na mudança institucional seriam as organizações com poder para influenciar as decisões dos governantes. Dessa disputa política entre organizações e governantes, enraizada em incentivos econômicos, emergirá a matriz institucional de uma sociedade. Essa dimensão política, já latente em trabalhos anteriores de North, fica mais evidente nos escritos dos anos 2000.

Em North (2005), o foco da dimensão cognitiva do mundo institucional acaba por colocar o aprendizado em posição de destaque na explicação do desempenho econômico. Deste modo, o tipo e a velocidade do aprendizado seriam fundamentais para explicar o desempenho econômico.

Economic change, therefore, is for the most part a deliberate process shaped by the perceptions of the actor about the consequences of their actions. (...) The focus of our attention, therefore, must be on human learning - or what is learned and how it is shared among the members of a society and on the incremental process by which the beliefs and preferences change, and on the way in which they shape the performance of economies through time. (North, 2005, p.viii)

O aprendizado enquanto elemento propulsor do crescimento econômico já estava presente nos trabalhos anteriores de North, uma vez que o aprendizado está diretamente ligado ao estoque de capital humano dos indivíduos. North (2005) chama atenção ainda para o fato de que o aprendizado, voltado à solução de problemas de escassez e bem-estar humano, acaba por se converter em um elemento ampliador do domínio humano sobre a natureza (tecnologia). Portanto, neste livro de 2005, North procura entender como as crenças individuais se convertem em aprendizados associados ao conhecimento científico, produzindo resultados positivos em termos do crescimento do produto.

Até aqui temos um receituário bastante amplo para a promoção de políticas de mudança institucional e crescimento econômico. Uma matriz institucional eficiente, ou seja, que maximiza o produto e minimiza os custos (*enforcement, compliance*, transação, produção), teria algumas características, são elas: (i) Estado que distribui direitos de propriedade de forma socialmente eficiente e que garante o cumprimento das regras formais; (ii) indivíduos dotados de ideologias compatíveis com as regras formais e engajados em aprendizados produtivos, ou seja, que ampliam o estoque de tecnologia (domínio humano sobre a natureza); (iii) organizações cujos interesses convergem em relação à matriz institucional mais eficiente. Portanto, se as organizações, o Estado e os indivíduos se comportarem desta maneira, teremos um ambiente institucional saudável, propício para o crescimento econômico.

Essa proposta que coloca as reformas institucionais como condicionantes do crescimento econômico é compatível com um conjunto de políticas sugeridas pelo Consenso de Washington na década de 1990. Uma década depois, North busca explicar o insucesso desse receituário que, segundo o autor, não estaria no sentido da causalidade – matriz institucional eficiente gerando crescimento econômico –, mas sim em uma série de incompatibilidades entre a dimensão cognitiva do mundo social e a dimensão real. North (2005) destaca uma série de *gaps* entre o mundo cognitivo e o mundo real, são eles: (i) *gap* entre as estruturas que os humanos se impõem para ordenar o ambiente e reduzir

a incerteza, por um lado, e a natureza dinâmica do mundo, por outro; (ii) *gap* entre crenças e “realidade”, termo que North usa entre aspas; (iii) *gap* entre intenções dos agentes e os resultados de suas ações.

Nesse sentido, a distância entre crenças e realidade causaria uma incompreensão da realidade econômica, o que implicaria o desenvolvimento de políticas ineficazes. Em outras palavras, se o receituário é seguido e as políticas institucionais não dão certo é porque os cientistas não compreenderam a realidade econômica corretamente. Teria ocorrido uma falha de percepção. Não faz parte do objeto deste artigo adentrar em questões epistemológicas, mas é possível indicar que a origem de todos esses *gaps* entre mundo real e mundo cognitivo resultam de uma visão de mundo (neoclássica) que constrói essa distância entre uma dimensão puramente nominal, ou não empírica, e uma dimensão real, empiricamente verificável. Em Macroeconomia, esse *gap* é conhecido como dicotomia clássica.

Por fim, em seu livro de 2009, escrito em coautoria com Wallis e Weingast, North busca se aprofundar na relação entre a dimensão econômica e a dimensão política da vida social. O foco passa a ser como as sociedades controlam a violência advinda da competição por recursos escassos. Os autores identificam três tipos de ordem social, ou formas sociais de controlar e restringir a violência, na história da humanidade. Conforme visto na terceira seção, a ordem de acesso aberto seria aquela que garantiria maior participação cívica, maior transparência institucional e maior liberdade de expressão, estando associada a economias com melhor desempenho econômico. O que vemos nesses trabalhos de North dos anos 2000 é uma tentativa de atualização da teoria para capturar as novidades tanto da realidade econômica quanto da teoria econômica e social. Deste modo, o argumento central permanece quase que intocado, mas novos refinamentos e aprofundamentos teóricos são acrescentados por North.

## **Conclusão**

Ao longo de sua obra, North flexibiliza hipóteses e incorpora novas temáticas à sua teoria institucionalista. Isso não implica um rompimento com o programa de pesquisa neoclássico, mas alarga as fronteiras dessa escola de pensamento. Uma característica do trabalho de North é a interdisciplinaridade. No livro de 1973, North, em coautoria com

Robert Thomas, se propõe a analisar as causas do crescimento das economias ocidentais – em especial a dos Estados Unidos – a partir de uma abordagem histórica. A História Econômica estaria presente em toda sua obra, se unindo a outras teorias do pensamento social em trabalhos posteriores. O autor destaca que o livro de 1981 é destinado a economistas e outros cientistas sociais, consistindo numa continuação de seus estudos sobre mudança institucional da década de 1970.

O livro de 1990, publicado três anos antes da premiação do Nobel de Economia, mescla elementos dos campos da História Econômica, da Sociobiologia, da Sociologia e de outras Ciências Sociais. Assim como o livro de 1981, este livro de 1990 não é um livro exclusivo para economistas. O autor afirma que integrar as “escolhas individuais com as restrições institucionais impostas sobre o conjunto de escolhas é um grande passo no sentido da integração da pesquisa em ciência social” (North, 1990, p.5). Aqui fica evidente a modalidade de interdisciplinaridade intencionada pelo autor, que consiste na aplicação da teoria da escolha a outros campos da Ciência Social.

Nos escritos dos anos 2000, essa interdisciplinaridade se amplia. North incorpora elementos da Ciência Cognitiva no livro de 2005 e elementos da Ciência Política no livro de 2009, este último escrito em coautoria com John Wallis e Barry Weingast. No prefácio do livro de 2005, North faz a seguinte reflexão:

This study is an extension - a very substantial extension - of the new institutional economics. A brief review of my earlier work on institutional change will provide the proper setting for that extension. From my initial studies with Lance Davis (Davis and North, 1971) and Robert Thomas (North and Thomas, 1973), I have placed institutions at the center of understanding economies because they are the incentive structure of economies. (...) What I did not consider in earlier studies was the character of societal change and the way humans understand and act upon that understanding of societal change. (North, 2005, p.vii-viii)

Deste modo, o autor traz duas novidades em sua teoria novo institucionalista, a saber, a análise mais detalhada dos modelos mentais e a consideração da dimensão política nos resultados econômicos. Esses desenvolvimentos já se encontravam em germe nos seus trabalhos anteriores. Uma teoria focada no indivíduo como a teoria da escolha, somente pode tornar-se mais realista ao analisar a cognição individual em profundidade, pois assim se espera ser possível explicar o processo de tomada de decisões e as ações

humanas. Em seu esforço de trazer mais realismo à teoria econômica, partindo de uma concepção focada no indivíduo, North não tem outra saída senão adentrar cada vez mais nos meandros da cognição humana, objeto de seu livro de 2005. Ao desenvolver uma análise mais complexa do Estado em interação com organizações com poder de barganha, o autor não poderia deixar de tratar da dimensão política da vida social, objeto do livro de 2009.

Ao longo das cinco seções deste artigo, observamos a evolução do pensamento de Douglass North. A seguir, os principais pontos serão sintetizados. Na seção I, vimos como North insere o tempo e as instituições em sua teoria através da modificação do suposto de racionalidade. Ao longo de sua obra, outros elementos passam a compor os modelos mentais dos indivíduos, como a ideologia e as crenças. A ideologia surge como uma categoria teórica que se coloca entre o seguir regras e a ação racional, que pode vir associada ao comportamento do carona. Mais tarde, a ideologia poderia ser tratada no âmbito das crenças.

A seção II considerou a temática das instituições. Ao longo da obra de North, verificamos três funções para as instituições, a saber, restrições à ação humana, estruturas de incentivos e regras do jogo. Os escritos dos anos 1990 inserem a ideia de instituições como estruturas de incentivos, associada a uma ideia de eficiência adaptativa e de Estado enquanto organização ocupada por grupos de interesses. Importante notar ainda a distinção entre instituições (regras do jogo) e organizações (agentes). Ademais, as instituições estariam forma da mente dos indivíduos, enquanto os modelos mentais estariam dentro da mente dos indivíduos. No entanto, ao sugerir uma dicotomia entre instituições e modelos mentais, o autor não explica como as crenças, ao sair da mente dos indivíduos e se cristalizar em instituições, se converteriam em uma realidade institucional incognoscível, ou ao menos falha, como indicado nos *gaps* apontados por North (2005).

O tema da seção III é a teoria do Estado de North. A teoria (neoclássica) do Estado, sugerida por North, é desenvolvida no livro de 1981, ganhando novos refinamentos teóricos nos livros de 1990 e de 2009. O autor inicia uma primeira aproximação da natureza do Estado enquanto fornecedor de serviços – justiça e proteção – em troca de uma renda dos contribuintes. Em seguida, o autor reconhece que a distribuição dos direitos de propriedade pelo Estado poderia ser influenciada por organizações com poder de barganha suficiente para moldar as regras do jogo de acordo com seus interesses.

Na seção IV, observamos a concepção de História Econômica adotada por North, a Cliometria. O autor afirma a superioridade da Cliometria sobre a Escola dos Annales a partir de critérios empírico-instrumentais. Nesse sentido, como a Cliometria aplicaria métodos econométricos à análise de séries históricas, esta seria mais científica que a abordagem da Escola dos Annales, não formalística e mais discursiva. No entanto, o autor não explica como conciliar a possibilidade de reversibilidade no tempo (ergodicidade) de um modelo Cliométrico com sua defesa da não ergodicidade da história econômica no livro de 2009. Se a Cliometria é capaz de comprovar hipóteses sobre o passado e prever eventos futuros, estamos diante de uma *covering law*, ou lei de cobertura de eventos passados e futuros. Se a História Econômica é uma “construção de histórias sobre o passado” (North, 1990, p.131) e a concepção de lei científica permite testar hipóteses para frente e para trás na história, ao menos teoricamente, a reversibilidade de eventos seria possível.

Por fim, a seção V analisa como North usou seu arcabouço teórico para analisar questões concernentes à possibilidade de mudança institucional. O autor reconhece indivíduos, organizações e o Estado como agentes dessa mudança institucional. O mecanismo através do qual a matriz institucional se modifica são as mudanças nos preços relativos, na distribuição dos direitos de propriedade (regras formais) e no tipo e na velocidade do aprendizado no qual os indivíduos decidem investir. O aprendizado está diretamente ligado aos custos de produção e ao nível de produto, uma vez que o grau de aprendizado determinará o estoque de capital humano e o desenvolvimento de novas tecnologias, gerando aumentos de produtividade.

North trata ainda dos motivos para a resiliência da matriz institucional, que estariam associados ao *lock-in*, um equilíbrio institucional que pode ser ineficiente, e ao *path dependence*, causado principalmente por culturas profundamente enraizadas (regras informais). Naturalmente, embora seja possível que o Estado ou organizações, através de revoluções, provoquem uma mudança radical nas regras formais, essas regras formais também tendem a uma certa resiliência decorrente dos complexos processos políticos e legais envolvidos na mudança das leis e das constituições. O *path dependente* responde, portanto, pela resiliência em regras formais e informais.

Nos escritos dos anos 2000, o autor busca explicar por que as políticas institucionais podem não funcionar e como a dimensão política influenciaria resultados

econômicos. North (2005) entende que existe um *gap* entre nossas crenças – teorias incluídas – e a realidade social, de modo que a imagem que uma teoria constrói acerca do mundo social pode não corresponder à realidade mesma. Deste modo, as políticas econômicas poderiam falhar ao não serem capazes de apreender a realidade corretamente. Já em North; Wallis; Weingast (2009), a questão do tipo de ordem social, ou forma como a sociedade minimiza e controla a violência, é relacionada ao desempenho econômico.

Nas cinco seções deste artigo vimos que o pensamento de North evoluiu no sentido da inclusão e/ou flexibilização de hipóteses teóricas, no intuito de trazer mais realismo à sua teoria novo institucionalista. Foi possível observar que o autor buscou um diálogo interdisciplinar com outros campos do pensamento social, abordando a evolução institucional historicamente e trazendo elementos da Sociologia, da Ciência Política, da Ciência Cognitiva, dentre outras. Nesta conclusão foram apontadas algumas tensões entre o esforço de explicação da realidade institucional com base em uma perspectiva mais ampla e os métodos restritivos postos pelo programa de pesquisa neoclássico. Parafraseando o próprio autor, poderíamos dizer que os limites da teoria novo institucionalista de North seria sua vinculação à teoria neoclássica. Apontar limites não inviabiliza a contribuição do autor, que poderia, no entanto, se beneficiar de um diálogo mais estreito com a esquecida e rechaçada – pelos novos institucionalistas – tradição institucionalista vebleniana.

## Referências

DEQUECH, David. The Demarcation between the “Old” and the “New” Institutional Economics: recent complications. *Journal of Economic Issues*, vol.XXXVI, n.2, June, 2002.

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, v.23, n.2 (90), abr.-jun., p.89-105, 2003.

HODGSON, Geoffrey. O que são instituições? In: SALLES, Alexandre Ottoni Teatini; PESSALI, Huáscar Fialho; FERNÁNDEZ, Ramón Garcia. *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Unesp, 2017.

KUHN, Thomas Samuel. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

NORTH, Douglass. The New Economic History After Twenty Years. *The American Behavioral Scientist* (pre-1986), vol.21, n.2, nov.-dec., 1977.

\_\_\_\_\_. Structure and Change in Economic History. New York: Norton, 1981.

\_\_\_\_\_. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives* (1986-1998), vol.5, n.1, 1991.

\_\_\_\_\_. Economic Performance Through Time. Nobel Lecture, 1993. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1993/north/lecture/> (acesso em: 12/11/2018).

\_\_\_\_\_. Cliometrics – 40 years later. *The American Economic Review*, vol.87, n.2, mai., p.412- 414, 1997.

\_\_\_\_\_. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NORTH, Douglass; THOMAS, Robert. *The Rise of the Western World: A New Economic History*, Cambridge University Press, Cambridge, 1973.

NORTH, Douglass; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry. *Violence and Social Orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RUTHERFORD, M. *Institutions in economics: the old and the new institutionalism*. Historical perspectives on modern economics. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.